



Processo: nº 2.517/2022

Requerente: Transfree – Locadora de Veículos LTDA – ME

Assunto: Impugnação – Edital de Licitação – Pregão Eletrônico n. 019 de 2022 – Processo Licitatório n. 21.349/2021

Ao Ilmo. Sr. Subprocurador de Processos Administrativos

Trata-se de impugnação interposta por Transfree – Locadora de Veículos LTDA – ME requ, acerca do Edital do Pregão Eletrônico n. 019 de 2021 - Processo Licitatório n. 21349/2021, cujo objeto é a contratação de empresas especializadas em prestação de serviços de transporte escolar para o atendimento das necessidades de alunos da educação básica da rede municipal de Nova Friburgo residentes na Zona Rural da cidade, localidades de difícil acesso ou portadores de necessidades especiais com dificuldades de locomoção.

## 1. DO RELATÓRIO

Inicialmente, cumpre informar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 08 de fevereiro de 2022.

Em suma, a empresa alega em sua peça de impugnação (I) a falta de especificidade na exigência do cumprimento da Portaria Denatran 159/2017, com obrigatoriedade de constar na classificação do veículo a especificação da carroceria “transporte escolar”; (II) contradição no Termo de Referência quanto ao regime a ser observado de subcontratação de pessoal; (III) necessidade de o edital prever a exigência visita técnica aos licitantes; (IV) contradição entre o Edital e o Termo de Referência quanto à planilha estimativa referente ao Lote 2 do certame; (V) ausência de previsão de prazo para a entrega de documentos relativos aos veículos destinados ao serviço a ser adjudicado; (VI) necessidade de inserção de cláusula no Edital que assegure ao contratado o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro em razão de fato do príncipe.

A Comissão de Pregão I, em manifestação de fls. 52/57, recebeu a impugnação, eis que tempestiva e, no mérito, manifestou-se acerca de alguns pontos impugnados, encaminhando os autos à Secretaria de Educação, responsável pela elaboração do edital e pronunciamentos de ordem técnica, na forma do item 28.2 do edital.

A Secretaria Municipal de Educação, às fls. 58/61, se pronunciou sobre as respostas da Comissão de Pregão I, encaminhando os autos a esta Procuradoria Geral para análise de legalidade.

É o breve relatório.

## 2. DO MÉRITO

Preliminarmente, verifica-se que a impugnação apresentada em 03/02/2022 é tempestiva, em conformidade com o item 27.1 do edital e art. 24 do Decreto Federal n. 10.024/2019, tendo em vista que a realização do Pregão está marcada para 11/02/2022.

1



No mérito, passa-se às seguintes considerações.

PROCESSO Nº 2517  
DATA 10 02 22  
Folhas Nº 63 Rubrica 0

**I – Da obrigatoriedade de a documentação dos veículos conterem a especificação de carroceria de transporte escolar**

Alega o impugnante teria sido omissos quanto à exigência de especificação da carroceria dos veículos destinados à prestação do serviço como “transporte de escolar”, tal como assim veio a ser estabelecido no anexo da Portaria nº 64/2016 do CONTRAN, que, alterada pela Portaria nº 159/2017, fez constar a exigência ora assinalada. Nos termos da impugnação ora carreada aos autos, “*existe a obrigatoriedade de constar no documento do veículo que prestar o serviço escolar a especificação de carroceria TRANSPORTE DE ESCOLARES, conforme CRLV em anexo. No entanto, o Edital é omissos quanto a tal obrigatoriedade nos documentos dos veículos, o que pode gerar uma ILEGALIDADE na prestação do serviço, uma vez que a empresa vencedora poderá utilizar veículos com carroceria e documentação incompatível com a legislação, tornando o transporte Escolar Municipal ILEGAL*” (fl. 08)

Aduz a impugnante, portanto, que essa exigência técnica, respaldada pela legislação e normativas de trânsito, deveria estar expressamente contemplada no edital do pregão, sob pena de dar azo à contratação de proponente que eventualmente não disponha de frota que atenda a tais exigências.

Convém, ainda, salientar que na atual redação da Portaria nº 64/2016 do CONTRAN, a especificação da carroceria em razão da modificação do veículo para a prestação do serviço de transporte escolar se encontra sistematizada nos seguintes termos.

	MODIFICAÇÃO	APLICAÇÃO	EXIGÊNCIA	CLASSIFICAÇÃO DO VEÍCULO APÓS MODIFICAÇÃO
40	Instalação do Teto Solar	Automóvel, Camioneta, Utilitário, Caminhonete, Caminhão, Caminhão-Trator	CSV	Tipo: O MESMO
				Espécie: ESPECIAL
				Carroceria: conforme Anexo I da Res. CONTRAN nº 291
				Na Obs do CRV/CRLV constar ‘veículo com teto solar’
41	Transporte escolar sem alteração de lotação e/ou rearranjo de layout interno	Camioneta, Ônibus e Micro-ônibus	Atender legislação municipal, artigo 136 do CTB e CSV	Tipo: O MESMO
				Espécie: A MESMA
				Carroceria: TRANSPORTE DE ESCOLAR
42	Inclusão de dispositivo de segurança para impedir o acionamento da tomada de força involuntária para veículos com carroceria basculante	Caminhão e Caminhão-Trator	CSV e Res. CONTRAN nº 563/15	Tipo: O MESMO
				Espécie: A MESMA
				Carroceria: conforme Anexo I da Res. CONTRAN nº 291 que possuir basculante





Conquanto não se possa discordar do impugnante quanto a necessidade de plena adequação dos veículos à legislação de trânsito, dissente-se da necessidade de que tais exigências devam constar do edital de licitação. Convém, a propósito desta afirmação, citar o art. 136, do Código de Trânsito Brasileiro, que ora embasa a argumentação do impugnante.

*Art. 136. Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto:*

*I - registro como veículo de passageiros;*

*II - inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;*

*III - pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;*

*IV - equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;*

*V - lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;*

*VI - cintos de segurança em número igual à lotação;*

*VII - outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN. (grifos nossos)*

A aferição do atendimento não apenas da exigência quanto à especificação da carroçaria modificada para fins de transporte escolar, mas de TODAS as demais exigências entabuladas pelo art. 136/CTB são confiadas ao órgão de trânsito do Estado. Não compete ao pregoeiro o exame do atendimento de tais requisitos. E se assim o fizesse estaria a se arrogar em competência administrativa que a legislação simplesmente não lhe defere.

Com isto, ademais, não se creia que a autoridade contratante esteja a se descurar da adequação normativa dos veículos destinados ao transporte escolar. Isto porque o art. 137, do Código de Trânsito Brasileiro, estabelece, como condição incontornável para a circulação de veículos destinados ao transporte escolar, a afixação da autorização expedida pelo órgão de trânsito, após satisfeitos todas as exigências normativas e técnicas. Veja-se o que dispõe o mencionado artigo.

*Art. 137. A autorização a que se refere o artigo anterior deverá ser afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante.*

Portanto, a execução do contrato de prestação de transporte escolar apenas poderá se iniciar regularmente caso o licitante vencedor disponha de frota que, ao tempo do início da execução, esteja integralmente regular com as exigências normativas e técnicas de trânsito. A exigência de especificação do tipo de carroceria, na forma da Portaria CONTRAN nº 64/2016, é apenas uma das mais diversas exigências que





se impõem ao prestador de serviço, cujo desatendimento poderá ensejar a não expedição da autorização para a circulação dos veículos de transporte escolar.

Indaga-se: se se quer fazer constar no edital uma exigência com fundamento no art. 136, VII, do Código de Trânsito Brasileiro, por que não, igualmente, se exigir que nele também se faça constar exigências com base no art. 136, VI, sobre a disponibilidade de cintos de segurança nos veículos destinados ao transporte escolar? Ou com base no art. 136, V, que trata das características das lanternas de tais veículos?

Caso se consentisse em inserir a exigência indicada pelo impugnante do edital, a coerência e isonomia imporiam ao órgão contratante que inserisse **todas** as demais exigências normativas e técnicas de trânsito, não apenas a que diz respeito à especificação da carroçaria modificada para transporte escolar. Porém, se assim se fizesse, ao pregoeiro se imporia atribuições que são próprias do órgão de trânsito, e, com efeito, exorbitariam a sua esfera de competências, que é delimitada pela legislação, em especial pela Lei 10.520/2002.

Veja-se, portanto, que o controle sobre o atendimento de tais requisitos é matéria que não pertence ao âmbito próprio de atribuição do pregoeiro, tampouco do órgão contratante, **incumbindo ao licitante a obtenção das autorizações junto ao órgão estadual, como condição prévia e necessária à adjudicação do objeto do contrato.** Pois é certo que o contrato não pode vir a ser adjudicado a qualquer proponente cuja frota não esteja regularmente autorizada pelo órgão de trânsito estadual.

Assim, deve se enfatizar que a desnecessidade de arrolar no edital exigências técnicas de trânsito não desonera o órgão licitante de verificar se os veículos destinados à prestação do serviço possuem autorização para circular, na forma dos art. 136 e 137, do Código de Trânsito Brasileiro, e demais normas correlatas. Do contrário, há o premente risco de o objeto do certame ser adjudicado a um proponente que simplesmente não disponha de frota regularizada junto ao órgão estadual de trânsito para circular como transporte escolar.

Recomenda-se assim que o edital seja modificado para que nele passe a constar que a assinatura do contrato do objeto apenas se franqueará ao proponente vencedor que, em prazo a ser fixado igualmente no próprio edital, após a adjudicação, apresente a lista da frota, devidamente municiada com a **autorização do órgão de trânsito estadual** que os permita circular como veículos destinados ao transporte escolar.

## II – Contradição no Termo de Referência quanto ao regime a ser observado de subcontratação de pessoal

A impugnação em relação a tal questão suscita uma “aparente” incoerência no Termo de Referência. Primeiramente, afirma que, uma vez publicado o referido documento quando da cotação do serviço a ser contratado, nele constava a possibilidade subcontratar 50% (cinquenta por cento) do efetivo total solicitado. Mais especificamente, assim dispõe o item 6.10 do Termo de Referência:

*6.10 - Documentos dos motoristas contratados, que comprove o vínculo empregatício com a empresa para exercerem tal serviço. Lei 8666/93 art. 78 ins VI. PARA ATENDIMENTO DESTE REQUISITO ENTENDE-SE PELO MENOS 50% (CINQUENTA POR CENTO), DO EFETIVO total SOLICITADO.*

*lu* 4



PROCESSO N° 25.17  
DATA 10.02.22  
Folhas N° 66 Rubrica 8

Alega o impugnante que esse item contradiria o item 18.1. do mesmo Termo de Referência, uma vez que este veda, de forma peremptória, a subcontratação do serviço<sup>1</sup>.

Entrementes, a bem de melhor elucidar o questionamento ora formulado, deve-se de fazer um esclarecimento: diferentemente do que informa o impugnante em fls. 10, o item 6.10 não pertence ao edital, mas ao Termo de Referência. Logo, a confusão se replica em relação ao 18.1, ao qual o impugnante também se refere como se constasse no edital (fl. 11). Entrementes, a despeito de tais equívocos, um breve exame do Edital nº 19/2022 logo evidencia que tais itens lá não se encontram. O edital é silente quanto ao regime jurídico das subcontratações. Apenas o Termo de Referência a ele se refere.

Ademais, a Secretaria de Educação, uma vez instada pelo impugnante quanto ao Termo de Referência a esclarecer o teor de seu conteúdo, oportunamente o respondeu, como o próprio impugnante o prova pela juntada da resposta às fls. 35/37. Não houve, ainda, qualquer inovação ou modificação no edital que pudesse ser suscitada como contraditória ao Termo de Referência em relação ao regime das subcontratações.

Entrementes, convém que se esclareça, não apenas ao impugnante, mas a bem do certame como um todo, a disciplina normativa da subcontratação contida no Termo de Referência ora instrui o presente edital no Pregão nº 19/2022. O item 6.10 do Termo de Referência se reporta ao art. 78, VI, da Lei 8.666/1993, que assim dispõe:

*Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:*

*VI - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;*

Infere-se, portanto, o item 6.10 do Termo de Referência estabelece um critério mínimo a ser atendido pelo contratado a fim de não caracterizar uma subcontratação indevida: a contratação de pelo menos 50% do “efetivo total solicitado”. Mas a que se refere “efetivo total solicitado”? Considerando o teor do próprio item 6.10, pode-se inferir que ele se reporta aos “motoristas contratados”. O que gera a presunção de que a subcontratação indevida resta caracterizada quando mais de 50% dos motoristas contratados venham a ser terceirizados.

Entrementes, esta é uma interpretação possível que se coloca ante a um item cuja redação é **extremamente truncada e obscura**. Obscuridade que se reforça ante à própria resposta formulada pela Secretaria Municipal de Educação, que empresta ao item interpretação diversa daquela que se infere ordinariamente do seu texto. Assinale-se, quanto a esse propósito, um trecho da resposta do órgão municipal:

<sup>1</sup> 18. DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.





DATA 10.02.22  
Folha Nº 67 Rubrica 2547

*“O Termo de Referência prevê que 50% (cinquenta por cento) dos veículos de cada lote devem ser de propriedade do licitante e não veda que os outros 50% (cinquenta por cento) advenham de posse, quer seja através de contrato de locação ou comodato, contanto que a mão de obra contratada e execução do serviço seja (sic) realizada exclusivamente pela empresa ganhadora do certame, uma vez que é proibida a subcontratação da prestação do serviço, sendo ela a responsável total por sua execução” (fl. 37)*

Que desde já se façam presente as escusas deste subscritor, mas, decididamente, o conteúdo do Termo de Referência não permite chegar à conclusão a que chegou a Secretaria Municipal de Educação com relação à contratação de mão-de-obra. O item 6.10 permite concluir, de forma diametralmente oposta, que se permite também a subcontratação de mão-de-obra, o que, na prática, acarretaria a própria subcontratação do serviço.

Se a intenção do Termo de Referência era vedar qualquer forma de subcontratação que envolvesse mão-de-obra, o item 6.10 não explicita isso de forma clara, ao se referir a um percentual mínimo de 50% do “efetivo total solicitado”. Efetivo é expressão que, por hábito, se refere a mão-de-obra. O item 6.10 disciplina a entrega da documentação da mão-de-obra. Se, de fato, tal como exprimiu a manifestação de fls. 35/37 da Secretaria Municipal de Educação, quer-se vedar a subcontratação de mão-de-obra, por se tratar de forma sublimar de subcontratação do próprio serviço, o Termo de Referência deveria ter sido alterado, a fim de que se suprimisse a referência ao percentual mínimo de 50% do “efetivo total solicitado”.

A despeito de a impugnação em relação a tal item estar prejudicada, o poder-dever de autotutela da Administração a autoriza modificar seus próprios atos quando eivados de nulidades ou inconvenientes ao interesse público. E neste presente caso, a fim de evitar, inclusive, impugnações perante o Poder Judiciário e o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, **recomenda-se a alteração do Termo de Referência, a fim de que nele se insira cláusula inequívoca quanto à impossibilidade de subcontratação de mão-de-obra, bem como faça constar no próprio edital capítulo reservado a essa matéria, dada a sua suma importância na formulação das propostas dos licitantes.**

### **III – Da contradição no Termo de Referência quanto ao regime a ser observado de subcontratação de pessoal**

O impugnante também questiona a ausência de previsão específica de visita técnica geraria risco à contratação pública pretendida, uma vez que a declaração de conhecimento quanto às informações e condições do local em que será executado o contrato, conforme exigida no item 10.8.2., não seria suficiente para assegurar a qualificação técnico-profissional dos licitantes.

A fixação de visita técnica franqueada aos proponentes, a fim de que estes tomem ciência das condições do local de execução do contrato, apenas se justificam nos casos em que elas não se provem como uma restrição injustificada à competitividade. Reserva-se ao órgão licitante, portanto, avaliar, a par de critérios técnicos, se convém exigir a fixação de visita técnica ou se ela se torna desnecessária.

*lu*





O Tribunal de Contas da União já teve oportunidade se pronunciar que a exigência de visita técnica exclusivamente por intermédio de responsável técnico é ilegal porque restritiva à competitividade.

*“9.3.1. a exigência de que os licitantes realizem visita técnica exclusivamente pelo responsável técnico não encontra respaldo legal e é, consoante a doutrina e a jurisprudência deste Tribunal, restritiva à competitividade”<sup>2</sup>*

Trata-se, portanto, de questão sujeita à discricionariedade do gestor, que, dotado de sua expertise, melhor saberá valorar se a contratação no caso exige um prévio conhecimento do local da execução ou se as informações constantes do Edital, do Termo de Referência e demais documentos anexos já são suficientes para aclarar aos licitantes as características do local de execução do contrato aos licitantes.

Considerando, ademais, a justificativa já acostada pelo pregoeiro (fls. 55/56), reputo por improcedente a impugnação pela inexigência de visita técnica como critério de habilitação a fim de comprovar a qualificação técnico-profissional do licitante.

#### IV – Contradição entre o Edital e o Termo de Referência quanto à planilha estimativa referente ao Lote 2 do certame

Segundo o impugnante, “houve uma falha na somatória do Lote 2 na importância de R\$ 97.350,00 (noventa e sete mil e trezentos e cinquenta reais). Caso não venha a ocorrer a correção deste lote pode a participante ficar inabilitada por colocar o valor acima do estimado no termo de referência. Sendo assim, o valor total do lote 2 deve ser corrigido para a monta de R\$ 2.176.832,00 (dois milhões, cento e setenta e seis mil e oitocentos e trinta e dois reais), conforme planilha em anexo” (fl. 20).

O pregoeiro, em manifestação em fls. 53, acolheu os argumentos do impugnante, a fim de modificar o edital, conforme solicitado. Entendo, por essa razão, que a manifestação da Procuradoria-Geral perdeu o seu objeto, uma vez que incumbe ao pregoeiro decidir quanto à impugnação, sendo a manifestação deste órgão de caráter meramente opinativo.

#### V – Da ausência de previsão de prazo para a entrega de documentos relativos aos veículos destinados ao serviço a ser adjudicado

Afirma o impugnante que “em resposta ao questionamento a Secretaria Municipal de Educação emitira como resposta que o momento e o prazo da apresentação dos documentos, bem como da comprovação de que os veículos possuem GPS se dará após a publicação da homologação do certame. Cabe destacar que o edital é completamente omissivo quanto a essa informação recebida pela empresa. Dessa forma, não há tratamento isonômico entre os licitantes, pois somente esta empresa está ciente do prazo de entrega dos documentos, desrespeitando assim, o referido edital o Princípio da Isonomia” (fl. 21)

Segundo a manifestação do pregoeiro de fls. 56, “o prazo para o aceite da documentação que será solicitada após a homologação não foi inserido no edital, tampouco no Termo de Referência, fato que deverá ser esclarecido pela Secretaria requisitante”. Em manifestação às fls. 58/61, a Secretaria

<sup>2</sup> AC-4991-22/17-1. Ata nº 22/2017 – 1ª Câmara. Data da Sessão: 27/6/2017 – Ordinária





Municipal de Educação não especifica o prazo de aceite da documentação, embora endosse a manifestação do pregoeiro.

Diante do teor de tais manifestações, recomenda-se que a impugnação seja acolhida em relação a tal item, sendo fixado no edital prazo para o aceite da documentação, conforme, ademais, já veio a ser orientado em resposta ao item I da impugnação.

**VI – Da necessidade de inserção de cláusula no Edital que assegure ao contratado o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro em razão de fato do príncipe**

O impugnante sugere que “*deve constar na Minuta do Termo de Contrato – Anexo VI deste edital a previsibilidade do pagamento de custo fixo das despesas inerentes ao contrato em caso de ocorrência de fato do príncipe, evitando assim, que o licitante onere e subsidie todos os custos decorrentes de um Fato Príncipe (sic) alheios (sic) à vontade das partes*” (fl. 27).

O direito ao reequilíbrio econômico-financeiro em razão da superveniência de fato do príncipe tem fundamento no art. 65, II, d, da lei 8.666/1993.

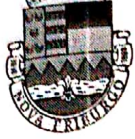
*Art. 65, II, d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.  
(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)*

**Não há, todavia, qualquer disposição no Edital que exclui o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato em razão do implemento superveniente de fato do príncipe**, situação em que um ato estatal afeta, de forma indireta e reflexa, a equação econômico-financeira do contrato originalmente pactuada. Uma vez implementando-se um risco extraordinário que tenha por causa qualquer ato estatal, surge o direito a qualquer uma das partes ao ressarcimento por eventuais ônus financeiros que venha a assumir.

Os custos relativos à manutenção do ativo devem ser precificados na própria proposta, a qual dimensionará os riscos inerentes e ordinários ao negócio. Não se pode perder de vista, como bem salientado na manifestação de fls. 57 do pregoeiro, que a estrutura básica de remuneração do serviço se dará por **diárias**. É o preço da diária que, portanto, refletirá o custo de manutenção do serviço, bem como os riscos inerentes à sua execução.

O que não excluirá, por óbvio, o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro caso se implemente risco extraordinário de significativo impacto à equação originalmente pactada no contrato administrativo, de modo a afetar a remuneração do serviço conforme o preço de diária proposto pelo licitante vencedor. A inserção de uma cláusula no edital que fizesse constar de forma expressa o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro em razão do fato do príncipe seria, no mínimo, disposição desnecessária, uma vez





que explicitaria no instrumento convocatório um direito que é assegurado de forma expressa em texto de lei.

Por essa razão, reputo por improcedente a impugnação, por entender que inexistente restrição, em razão de seu silêncio, a que se reconheça o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato caso implementado situação extraordinária (fato do princípio, fato da administração, força maior ou caso fortuito) que abale a equação econômico-financeira originalmente pactuada nos termos do contrato e do edital.

### 3. DA CONCLUSÃO.

Por todo o exposto, **opina-se pela remessa dos autos à Secretaria Municipal de Educação para ciência do presente parecer e decisão final, com a adoção das providências de sua competência e, após, à Comissão de Pregão I para o prosseguimento do certame.**

Ressalte-se que o exame desta assessoria jurídica se dá tão somente quanto à legalidade, subtraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando-se a delimitação legal de competência institucional deste órgão, restringindo-se aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito administrativo, nem questões de conveniência e oportunidade, cuja atribuição é do administrador, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, que poderá acolhê-lo ou decidir de forma diversa.

Nova Friburgo, 9 de janeiro de 2022

Layne de Andrade Alves  
Assessora de Nível Superior II Jurídico II  
Subprocuradoria de Processos Administrativos  
Matrícula. 62.773

Fernando Guilherme de Oliveira Guimarães  
Subprocurador de Assuntos Administrativos  
Matrícula 62.770

Fernando Guilherme de Oliveira Guimarães  
SUBPROCURADOR DE  
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS  
Mat. 62.770





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

SECRETARIA  
DE EDUCAÇÃO

PROCESSO: 2573/22  
DATA: / / FLS: 21  
RUBRICA: 9

Nova Friburgo, 10 de Fevereiro de 2022.

Prezados,

Cumprimentando-o cordialmente, e no intuito de instruir o feito, a Secretaria Municipal de Educação declara estar de acordo com o parecer de fls. 62/70 da Procuradoria Geral do Município.

Sendo o que há para expor, por ora, despeço-me colocando-me a disposição para esclarecimentos de quaisquer dúvidas sobre o caso em tela, e renovando desde já, os votos da mais elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Caroline Moura Klein

Secretária Municipal de Educação

Mat. 990.953